

BOLETIM 388

Brasília, 12 de julho de 2017

NOTA PÚBLICA DA CONTRICOM

A traição aos trabalhadores será repelida com a rejeição nas urnas!

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário – CONTRICOM, representativa de centenas de sindicatos, 14 federações estaduais e regionais e milhões de trabalhadores em todo território nacional, manifesta sua mais profunda indignação com a aprovação pelo Senado Federal, em caráter definitivo, do Projeto de Lei da Câmara 38/2017 que, na prática, rasga os direitos e conquistas consolidadas na legislação trabalhista ao longo de mais de 70 anos.

Os senadores da República, com sua decisão, à exceção dos que votaram contra, traíram os trabalhadores e todo povo brasileiro, movidos pelo oportunismo, pela corrupção fartamente denunciada e pela subserviência ao grande capital – o maior beneficiado pelas alterações que estão sendo feitas na lei do trabalho.

Sob o falacioso pretexto de “modernizar” a CL, pretendem, com isso, salvaguardar o mandato de um presidente da República que já não tem as condições mínimas de estar à frente do cargo em razão dos últimos acontecimentos e das denúncias e delação feitas pelos donos da JBS e que estão sendo analisadas pela Câmara dos Deputados.



Mazinho: rasgaram a Constituição Federal e a CLT

A aprovação do texto que foi encaminhado pela Câmara aos senadores sem nenhuma modificação, além de apequenar o Senado Federal, de tantas tradições democráticas, feriu de morte não apenas a CLT mas a própria Constituição. Apenas para ficar em um exemplo: a introdução do trabalho ao não assegurar a remuneração mínima fixada na Carta Magna é um flagrante de inconstitucionalidade.

Senão vejamos o que diz o artigo 7º, inciso VII, da CF: **Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais que visem à melhoria de sua condição social: ... VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável”.**

É igualmente condenável e lamentável a incoerência do projeto em vários aspectos. Para ficar

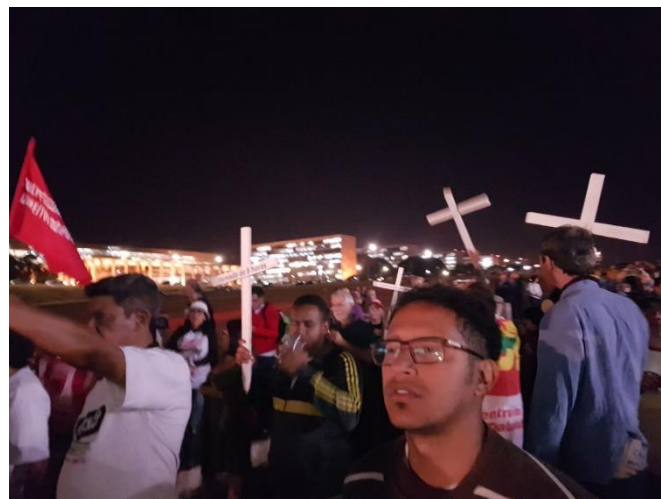
apenas em um, perguntamos: qual a razão para a extinção pura e simples da contribuição sindical compulsória que assegura a existência e a luta do sistema confederativo laboral, enquanto as contribuições igualmente compulsórias e obrigatórias para o Sistema S que beneficia as entidades empresariais e para o Fundo Partidário (que pretendem elevar, agora, à cifra de R\$ 3,5 bilhões) que favorece os partidos políticos continuam intactas?

Por outro lado, não poderíamos deixar de parabenizar todos os parlamentares que foram coerentes em suas posições e votos, ficando ao lado dos trabalhadores e das organizações sindicais, e conclamar nossas lideranças sindicais em todos os níveis continuarem resistindo, nos acordos e convenções coletivas e junto à Justiça, para impedir que os efeitos perversos desse projeto atinjam os trabalhadores.

Por fim, conclamamos a todos a denunciarem todos os parlamentares – deputados e senadores – que votaram contra os trabalhadores e estão promovendo o desmonte da CLT, na certeza de que o povo vai repeli-los nas próximas eleições, à exceção dos que votaram contra o projeto que merecem todo nosso reconhecimento e apoio.

Brasília, 12 de julho de 2017

Francisco Chagas Costa – Mazinho
Presidente



Reforma de Temer rasga legislação trabalhista

11 de julho de 2017 entra para a história como o dia em que o Senado Federal rasgou a legislação trabalhista. Abrindo mão de sua função de legislar, 50 senadores votaram a favor da reforma de Michel Temer, 26 contrários e uma abstenção.

Enfraquecido, o governo usou todas as suas armas. Com uma rejeição recorde e atolado em denúncias de corrupção, Temer quer utilizar o resultado da votação para demonstrar ao mercado financeiro e ao PSDB, seu principal fiador, que ainda tem condições de governabilidade. Para que o texto não voltasse à Câmara, Temer disse a base governista que iria alterar os trechos controversos do projeto por meio de veto ou medidas provisórias. Os parlamentares da oposição argumentaram que

Temer retirou do Senado o seu papel de casa revisora, limitando-se apenas a homologar.

“Hoje foi um dia difícil para todos nós. Tentei ajudar na melhor das soluções. Mas, neste momento, eu estou triste de estar aqui, na tribuna; de ver que, na hora em que temos o pior governo da história do Brasil, o mais impopular, com a proposta mais impopular, que divide o país, o Senado Federal resolve assumir um papel do lado errado da história de se omitir e não aceita fazer uma única modificação num projeto de lei que tem mais de mil incisos”, disse Jorge Viana (PT-AC).

O projeto aprovado fere de morte direitos consagrados dos trabalhadores. A coluna vertebral do projeto é a prevalência do negociado pelo legislado, que impõe o parcelamento das férias, flexibilização da jornada e acaba com FGTS, salário mínimo, 13º salário, seguro-desemprego, benefícios previdenciários, licença-maternidade.

Resistência - A sessão foi marcada pela resistência. Por mais de 12 horas as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB), Fátima Bezerra (PT-RN), Gleisi Hoffman (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), Angela Portela (PDT-RO) e Regina Sousa (PT-PI) ocuparam a mesa-diretora da Casa para reivindicar a aprovação de apenas uma emenda.

“Nossa intenção é chamar uma reunião do colégio de líderes para ver se há possibilidade de aprovação de destaques”, disse Paulo Paim (PT-RS). “O principal é [mudar] o artigo que permitirá emprego de mulheres grávidas em local insalubre. Os demais a gente discute no voto.”

Durante o início da sessão, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), tentou retomar a sessão, tomando o microfone da senadora Fátima, que presidia a sessão **(foto)**.



Outros senadores da base aliada tentaram retirar as demais senadoras da mesa, mas sem sucesso. Ele, então suspendeu a sessão e mandou desligar o som.

Existia a possibilidade, segundo ele, de a sessão ocorrer em outra dependência da Casa, caso não houvesse acordo com as senadoras, que resistiam ao longo de toda a tarde na mesa da presidência, impedindo a votação. Mais tarde, houve uma movimentação indicando que a base aliada tentaria realizar a sessão no auditório anexo. Lideranças do movimento sindical ocuparam a entrada do auditório e a polícia legislativa acionada. Mas a intimidação não surtiu efeito.

Às 18h30, ainda com as senadoras na mesa, Eunício voltou ao plenário e reabriu a sessão e, num rolo compressor, deu início à votação da reforma trabalhista.

O senador João Capiberibe (PSB-AP), ao encaminhar o voto do partido, defendeu o não à reforma, disse que o Congresso Nacional “brincou com a democracia” e “afundou o Brasil na crise política”. Para ele, o projeto vai derrubar em 30% o custo de produção da empresa. “Se a renda do trabalhador cair, para quem serão vendidos os produtos?”, questionou o parlamentar.



Do lado de fora do Congresso, manifestantes protestaram contra a reforma e projetaram as frases “Fora, Temer” e “Fora, Maia” nas torres do Congresso Nacional. O gramado do Congresso foi tomado por cruzeiros de madeira e velas, simbolizando o enterro dos direitos trabalhistas.

Reforma trabalhista pode ser alterada no Planalto

A reforma trabalhista aprovada pela Câmara e confirmada pelo Senado nesta terça-feira (11) ainda deve sofrer mudanças no Palácio do Planalto antes mesmo de entrar em vigor. Pelo menos oito pontos devem ser alvo de vetos ou sofrer alterações por meio de medida provisória.

Para garantir a aprovação do PLC 38/2017 no Senado, o presidente Michel Temer enviou aos senadores uma carta em que admite a possibilidade de ajustes no texto. Temer autorizou o líder do governo e relator da reforma trabalhista na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romero Jucá (PMDB-RR), a negociar mudanças com os parlamentares.

TRABALHO INTERMITENTE - A primeira alteração é no trabalho intermitente. Pelo texto original, o funcionário recebe apenas pelas horas trabalhadas – sem garantia de um salário mínimo no final do mês. Sem apontar uma solução específica para o problema, o governo reconhece a “necessidade de adotar critérios mais claros e objetivos” para definir a abrangência desse modelo.

O texto que saiu do Senado permite que trabalhadores hoje contratados por prazo indeterminado sejam readmitidos como

intermitentes. O acordo assinado pelo líder do governo prevê uma quarentena de 18 meses para evitar essa migração.

O Palácio do Planalto comprometeu-se também a acabar com a multa de 50% aplicada ao trabalhador que descumprir o contrato intermitente. Outra preocupação é criar “mecanismos de salvaguarda” para aquele funcionário que não é convocado para trabalhar. O governo quer disciplinar ainda a contribuição previdenciária nesse tipo de contrato, para proteger a Previdência e o Orçamento.

JORNADA - O acordo fechado por Romero Jucá também muda a jornada 12x36. Os turnos especiais de 12 horas ininterruptas de trabalho por 36 horas de descanso serão mantidos, mas apenas se negociados em convenções coletivas. O ajuste só será individual no caso de empregados domésticos.

SINDICATOS NAS NEGOCIAÇÕES - O Palácio do Planalto promete ainda dar mais segurança à participação dos sindicatos nas negociações coletivas. Ela será considerada obrigatória na reforma trabalhista, como já está previsto na Constituição. O acordo estabelece que sindicatos não podem ser substituídos por comissões de representantes dos empregados em disputas judiciais ou administrativas.

GRÁVIDAS E LACTANTES - Outro ponto polêmico na reforma é a situação de grávidas e lactantes. O texto que saiu do Senado permite o trabalho em locais insalubres, a não ser que um atestado médico determine o afastamento. O Poder Executivo deve mudar essa regra: o trabalho em local insalubre só é permitido “de forma excepcional”. Para isso, a mulher precisa apresentar atestado de um médico do trabalho que autorize a atividade.



O Palácio do Planalto também pretende mexer nos critérios de insalubridade no trabalho. A prorrogação de jornada em locais insalubres só será permitida após negociação coletiva que respeite as leis e as normas de saúde, higiene e segurança.

DANOS EXTRAPATRIMONIAIS - Outra mudança é na indenização por danos extrapatrimoniais. A reforma prevê que o valor da reparação varia em função do salário do funcionário. Por exemplo: num mesmo acidente de trabalho, quem ganha mais recebe indenizações maiores. No acordo, o governo se compromete a rever essa metodologia para conceder “reparação justa ao ofendido”.

O texto original prevê ainda o pagamento de indenização em dobro no caso de reincidência – quando o empregador provoca novo dano a um mesmo funcionário. O governo prometeu aplicar a indenização em dobro ao patrão, ainda que dano seja cometido contra outro trabalhador – para evitar “abusos reiterados por parte dos empregadores”.

TRABALHADOR AUTÔNOMO - O Palácio do Planalto também pretende mudar o contrato com trabalhador autônomo. O texto original permite o chamado autônomo exclusivo, em que o patrão pode contratar um funcionário como pessoa jurídica para tentar burlar o vínculo empregatício. Com a mudança, fica proibido exigir exclusividade do autônomo.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - O líder do governo recomenda ao Executivo mudanças na contribuição sindical. A reforma trabalhista prevê a extinção imediata do imposto. Romero Jucá sugere “um modelo de extinção gradual” para “assegurar o planejamento financeiro e o

adequado funcionamento das entidades sindicais e patronais”.

Além de Jucá, assinam o acordo os presidentes da CCJ, senador Edison Lobão (PMDB-MA); da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE); e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Marta Suplicy (PMDB-SP); e o relator da reforma trabalhista na CAE e na CAS, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Fonte: Agência Senado

Maia diz que não votará MP sobre mudanças na reforma trabalhista

Afirmção do presidente da Câmara acontece em um momento em que ele se distancia do Planalto por conta da denúncia contra Michel Temer

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse na madrugada desta quarta-feira, 12, que não vai votar nenhuma medida provisória que modifique o texto aprovado pelo Congresso sobre a reforma trabalhista.

"A Câmara não aceitará nenhuma mudança na lei. Qualquer MP não será reconhecida pela Casa", afirmou Maia no Twitter.

O texto foi aprovado nesta terça-feira, 11, no Senado por 50 votos a 26 e segue agora para a sanção presidencial. Para conseguir o apoio da maioria dos senadores, o presidente Michel Temer prometeu a edição de uma MP para modificar alguns pontos da reforma, como a



questão que envolve a não obrigatoriedade do imposto sindical.

O comentário, que vai de encontro com o acordo feito com Temer com parlamentares, acontece no momento em que Maia se distancia do Palácio do Planalto por conta da tramitação da denúncia contra o peemedebista na Câmara.

CORPO FORA - Após saber da mensagem publicada por Maia, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), também voltou a afirmar que não participou de nenhuma negociação em relação à MP. “Estou tranquilo sobre isso. Não tratei de MP e nenhum compromisso sobre mudanças no texto”, disse.

Fonte: Estadão

Ministro discute regimento de Conselho Nacional do Trabalho com centrais sindicais

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, recebeu representantes de centrais sindicais nesta terça-feira (11) para tratar de uma proposta de anteprojeto do regimento interno do Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Ficou decidido que uma nova reunião será realizada no dia 25 de julho, às 10h, para discutir sugestões sobre o funcionamento do órgão.

O CNT foi instalado no dia 1º de junho para tratar de questões relacionadas ao mundo do trabalho e de proposições que servirão de base para a elaboração de políticas públicas. O conselho é composto por dez representantes dos

trabalhadores, dez de empregadores e dez do governo.

“A definição do regimento interno vai permitir o trâmite das propostas de forma mais célere e organizada, estabelecendo as regras para a participação de cada integrante do conselho. A ideia é otimizar os trabalhos para dar efetividade às propostas apresentadas”, disse o ministro Ronaldo Nogueira.

Entre as entidades presentes à reunião com o ministro estavam a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

Fonte: MTb

NR-12, sobre segurança no trabalho - é alterada

Uma mudança publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (10) pelo Ministério do Trabalho traz alterações no texto da Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12), que define medidas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho na utilização de máquinas e equipamentos em todas as atividades econômicas.

As modificações tratam de adequações e atualizações relacionadas a novos dispositivos de proteção, distâncias de segurança e requisitos para o uso de detectores de presença em máquinas injetoras de materiais plásticos, prensas e similares.

Exemplos das novas aplicações normatizadas são a utilização de sistemas de segurança de detecção multizona - AOPD - em dobradeiras hidráulicas e a regulação das



proteções para as conhecidas prensas enfardadeiras verticais, muito comuns no mercado e que precisavam de regulamentação.

O coordenador de Normatização e Programas do Ministério do Trabalho, Elton Machado, ressalta: "A revisão das normas regulamentadoras tem por objetivo torná-las cada vez mais adequadas à sociedade, bem como incorporar as novas soluções tecnológicas, além de embasar-se nas normas técnicas nacionais e internacionais mais atuais".

As alterações foram definidas pela Comissão Nacional Tripartite Temática da NR-12 (CNTT NR-12) e aprovadas pela Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), composta de representantes dos trabalhadores, empregadores e governo.

Fonte: MTb

AGENDA DO PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Participa nos dias 13, 14 e 15, a convite do presidente da FETICOM-NO-NE, Edivan Mariano da Cruz, do processo eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Ipojuca e Litoral Sul (PE), presidido pelo companheiro José Luiz Cavalcante Ferreira. O pleito está previsto para o dia 14 de julho.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)